Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	12

Relatório da Administração

Prezados Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e regulamentares, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes da Markel Seguradora do Brasil S.A., relativos ao período findo em 30 de junho de 2018.

A Markel Corporation é uma companhia holding de capital aberto e pulverizado, sediada nos Estados Unidos, com investimentos diversificados e atuação em diversos mercados em todo mundo. Sua principal atividade consiste em oferecer produtos de seguro para riscos especializados, tendo mais de 80 anos de experiência no setor. A Markel tornou-se companhia aberta com valores mobiliários registrados na U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC") em 1986, e suas ações encontram-se listadas na Bolsa de Nova York desde 1987. Profissionais altamente qualificados e experientes com reconhecimento internacional são atributos do Grupo Markel que conta com projeção global e atua nos mercados de Seguros e Resseguros.

No Brasil, o Grupo Markel pretende direcionar seus interesses para atender ao mercado brasileiro no fornecimento de produtos de seguros aos clientes, adotando amplo conceito de sustentabilidade econômica e padrões éticos.

A autorização para operar no mercado brasileiro de seguros como Seguradora foi concedida no dia 12 de janeiro de 2017, com um capital inicial de R\$ 48 milhões e sede local no Rio de Janeiro.

A Companhia, de acordo com seu estatuto social, assegura aos seus acionistas o direito de receber, como dividendo mínimo obrigatório, a parcela equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício de cada ano, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de junho de 2018, a Seguradora auferiu R\$ 23,8 milhões de prêmios ganhos, com atuação na linha de negócio rural, em sua totalidade. O índice de sinistralidade ficou em 68,6% (sinistros ocorridos/prêmios ganhos) e as despesas de comercialização atingiram 13,2%. No período findo em 30 de junho de 2018, a Seguradora apresentou um prejuízo de R\$ 7.8 milhões.

A política de investimentos da Markel Seguradora do Brasil S.A. tem como premissas básicas a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, sendo as aplicações para a cobertura de provisões técnicas feitas prioritariamente em títulos do Tesouro Nacional.

A administração da Markel Seguradora do Brasil S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Companhia e fomenta o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas.

Oportunamente, a Markel Seguradora do Brasil S.A. agradece as orientações e o suporte fornecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e demais autoridades do Setor. Às Sociedades Seguradoras e Corretores de Seguro, a Companhia agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2018

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da Markel Seguradora do Brasil S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Markel Seguradora do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Markel Seguradora do Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

 Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de janeiro, 28 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade Contador CRC RJ-086312/O-6

Balanços Patrimoniais

Em 30 de junho 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		54.037	35.807	Circulante		49.935	23.794
Disponível		716	2	Contas a pagar		2.977	2.627
Caixa e bancos	5	716	2	Obrigações a pagar	12.1	2.023	2.103
Aplicações	6	5.209	17.577	Impostos e encargos sociais a recolher Encargos trabalhistas Impostos e contribuições	12.2 12.3 12.4	205 620 96	155 341 28
Créditos das operações com seguros e resseguros		22.956	8.171	Outras contas a pagar	12.1	33	-
Prêmios a Receber	7.1	18.326	8.101				
Operações com resseguradoras	7.2	1.860	10				
Outros créditos operacioniais	7.3	2.770	60	Débitos de operações de seguros e resseguros		20.195	10.389
				Operações com Resseguradoras	14.1	17.282	9.625
Ativos de resseguro	15	22.878	8.677	Corretores de seguros e resseguros	14.3	2.872	761
				Outros débitos operacionais		41	3
Títulos e créditos a receber		460	617	Depósitos de terceiros		115	
Créditos a receber		141	8				
Créditos tributários e previdenciários	8.1	319	375	Provisões técnicas - seguradoras	15	26.648	10.778
Outros créditos		-	234	Danos		26.648	10.778
Custos de aquisição diferidos	9	1.818	763				
Seguros		1.818	763	Passivo não circulante		50	21
Ativo não circulante		19.655	19.699	Contas a pagar	13	50	21
Realizável a longo prazo	6	18.214	18.481	Tributos diferidos		-	21
Actualization at longer plane	Ü	10.211	10.101	Contingências		50	-
Aplicações		18.214	18.481				
Imobilizado	10	959	813	Patrimônio líquido	17	23.707	31.691
Bens móveis		490	403	Capital social		48.000	48.000
Outras imobilizações		469	410	Ajuste de avaliação patrimonial - Títulos e valores mobiliários		(120)	25
Intangível	11	482	405	Prejuízos acumulados		(24.173)	(16.334)
mangivei	11	402	403				
Total do ativo		73.692	55.506	Total do passivo e patrimônio líquido		73.692	55.506

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuizo por ação)

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Prêmios emitidos líquidos		28.449	-
Variações das provisões técnicas de prêmios	19	(4.642)	
Prêmios ganhos	19	23.807	
Sinistros ocorridos	20.1	(16.324)	-
Custos de aquisição	20.2	(3.154)	_
Outras receitas e despesas operacionais		(684)	_
Resultado com resseguro	20.3	(3.570)	-
Receita com resseguro	•	15.120	-
Despesa com resseguro		(18.690)	-
Despesas administrativas	20.4	(8.718)	(8.800)
Despesas com tributos	20.5	(350)	(201)
Resultado financeiro	20.6	1.172	2.568
Receitas financeiras	•	1.270	2.571
Despesas financeiras		(98)	(3)
Resultado operacional		(7.821)	(6.433)
Resultado antes dos impostos e participações		(18)	(16)
Participações sobre o lucro		(18)	(16)
(Prejuízo) do semestre	;	(7.839)	(6.449)
Quantidade de ações		48.000.000	48.000.000
(Prejuízo) por ação (em R\$)		(0,1633)	(0,1344)

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/06/2018	30/06/2017
(Prejuízo) do semestre	(7.839)	(6.449)
Ajuste com títulos e valores mobiliários Efeito tributário	(264) 119	16 (7)
Outros componentes do resultado abrangente	(145)	9
Total do resultado abrangente do semestre	(7.984)	(6.440)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/ Prejuizos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	17	48.000	214	-	-	48.214
Ajuste com títulos e valores mobiliários Prejuízo do semestre		- -	- -	9	(6.449)	9 - 6.449
Saldos em 30 de junho de 2017		48.000	214	9	(6.449)	41.774
Saldos em 31 de dezembro de 2017	17	48.000	-	25	(16.334)	31.691
Ajuste com títulos e valores mobiliários Prejuízo do semestre		<u>-</u>	<u>-</u>	(145)	(7.839)	(145) (7.839)
Saldos em 30 de junho de 2018		48.000		(120)	(24.173)	23.707

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais (Prejuízo) do semestre (7.839) (6.449) Ajustes para: Depreciação e amortização 125 13 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos 673 - Variação das contas patrimoniais: Turiação das contas patrimoniais: Ativos financeiros 11.640 4.822 Créditos das operações (15.458) - Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento (271) (243)
(Prejuízo) do semestre (7.839) (6.449) Ajustes para: 125 13 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos 673 - Variação das contas patrimoniais: 11.640 4.822 Ativos financeiros 11.640 4.822 Créditos das operações (15.458) - Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 11.8 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Atividades de investimento 850 Aquisição de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Depreciação e amortização 125 13 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos 673 -
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos 673 - Variação das contas patrimoniais: 11.640 4.822 Ativos financeiros 11.640 4.822 Créditos das operações (15.458) - Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento Aquisição de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Variação das contas patrimoniais: 11.640 4.822 Ativos financeiros (15.458) - Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento Aquisição de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Ativos financeiros 11.640 4.822 Créditos das operações (15.458) - Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Atividades de investimento 850 Atividades de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Ativos financeiros 11.640 4.822 Créditos das operações (15.458) - Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Atividades de investimento 850 Atividades de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento (271) (243) Aquisição de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Ativos de resseguro (14.201) - Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento (271) (243) Aquisição de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Créditos tributários e previdenciários 56 (136) Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento 4 - (271) (243) Aquisição de imobilizado (271) (243) (289)
Outros ativos (954) (137) Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento (271) (243) Aquisição de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Fornecedores e outras contas a pagar 232 2.727 Impostos e contribuições 118 (234) Débitos das operações 9.806 - Provisões técnicas - seguros 15.870 - Outros passivos 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais 212 606 Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Impostos e contribuições118(234)Débitos das operações9.806-Provisões técnicas - seguros15.870-Outros passivos144-Caixa gerado nas atividades operacionais212606Juros recebidos850Caixa líquido gerado nas atividades operacionais1.062606Atividades de investimento-Aquisição de imobilizado(271)(243)Aquisição de intangível(77)(289)
Débitos das operações9.806-Provisões técnicas - seguros15.870-Outros passivos144-Caixa gerado nas atividades operacionais212606Juros recebidos850Caixa líquido gerado nas atividades operacionais1.062606Atividades de investimento Aquisição de imobilizado Aquisição de intangível(271) (77) (289)
Provisões técnicas - seguros Outros passivos 15.870 - 144 - Caixa gerado nas atividades operacionais Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento Aquisição de imobilizado Aquisição de intangível (77) (289)
Caixa gerado nas atividades operacionais212606Juros recebidos850Caixa líquido gerado nas atividades operacionais1.062606Atividades de investimento Aquisição de imobilizado Aquisição de intangível(271) (77)(243) (289)
Juros recebidos 850 Caixa líquido gerado nas atividades operacionais 1.062 606 Atividades de investimento Aquisição de imobilizado (271) (243) Aquisição de intangível (77) (289)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais1.062606Atividades de investimento Aquisição de imobilizado Aquisição de intangível(271) (77)(243) (289)
Atividades de investimento Aquisição de imobilizado Aquisição de intangível (271) (243) (77) (289)
Aquisição de imobilizado Aquisição de intangível (271) (243) (77) (289)
Aquisição de intangível (77) (289)
Caixa consumido nas atividades de investimento (348) (532)
Atividades de financiamento
Pagamento de dividendos - (67)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento (67)
Redução de caixa e equivalentes de caixa 714 7
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre 2 -
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre 716 7

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Markel Seguradora do Brasil S.A. ("Markel Seguradora" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, Conjunto 806 - parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ. Seu controle acionário é exercido pela Markel Participações Ltda., com 100% de participação societária nas ações ordinárias, e faz parte do Grupo controlado pela Markel Corporation, companhia de capital aberto.

A Markel Seguradora tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das atividades de seguros em todos os ramos e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

Em 16 de janeiro de 2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12 de janeiro de 2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à Markel Seguradora do Brasil autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP n° 517/15 e respectivas alterações, as demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21(R1).

A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela administração em 24 de agosto de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens reconhecidos no balanço pelo valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC requer

que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar ao longo dos anos. A principal estimativa reconhecida pela Companhia envolvendo apólices de seguros e contratos de resseguros refere-se à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (*Incurred But Not Reported* - IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (*Incurred but not enough reported* - IBNER). A Companhia utiliza as fontes de informação (internas e externas) disponíveis sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisão da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para apólices cujo evento segurado já tenha ocorrido em conformidade com as condições gerais e notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para o pagamento das obrigações devidas.

Informações adicionais sobre estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados IBNR
- Provisão de Sinistros Ocorridos mas não suficientemente avisados IBNER
- Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1 Disponível

Considerando as características dos ativos financeiros da Companhia, incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa.

3.2 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do período.

3.2.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de

transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida (veja (b)(i)), são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

3.2.3 Empréstimos e recebíveis e outros passivos financeiros

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2.4 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia, por ter iniciado suas operações em 2017 e não possuir histórico suficiente para a realização de um estudo de inadimplência, utilizou em Junho de 2018, a metodologia descrita no Artigo 168 da Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações para avaliar a necessidade de constituição de perda dos créditos contabilizados na rubrica contábil Prêmios a receber, e foi necessária o reconhecimento de perda no montante de R\$673 (R\$0 em dezembro de 2017).

Ativos não financeiros

Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do períodopela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. A Companhia não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados.

3.4 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro

Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada,

segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados.

Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou, cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o período de exposição do risco que foi contratado; (ii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.5 Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas estão documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). A Companhia, observando as normas vigentes, constitui as seguintes provisões técnicas:

- Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída com a finalidade de cobrir sinistros a ocorrer ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes e registrados na data-base. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA.
- Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída de acordo com a melhor estimativa da provisão com base nas notificações de sinistros recebidas, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato, ajustada periodicamente com base nas análises feitas pela área responsável e metodologia informada na NTA.
- Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros já ocorridos e ainda não avisados, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. O cálculo segue as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de sinistros ocorridos e avisados mas não suficientemente estimados (IBNER) é constituída para complementar a PSL, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. O IBNER é calculado pelo método de Chain-Ladder com base nos valores de sinistros incorridos, seguindo as normas determinadas pela SUSEP e metodologia descrita em NTA. A provisão é avaliada regularmente através de testes de consistência.
- Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas exclusivas da Companhia relacionadas a sinistros. A PDR é calculada utilizando-se as normas determinadas pela SUSEP, e conforme NTA.

3.6 Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

De acordo com o instituído pelo CPC nº 11, o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para os contratos de seguros vigentes, instituído pela Circular SUSEP nº 517 e respectivas alterações, de 30 de julho de 2015, e respectivas alterações, tem como objetivo avaliar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, líquido dos custos de aquisição e eventuais ativos intangíveis relacionados, em comparação com o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos contratos vigentes.

O mesmo é elaborado em cada balanço, no mínimo, sendo que este TAP foi realizado considerando os fluxos de caixa futuros das obrigações oriundas dos contratos e certificados vigentes na data-base de 30 de junho de 2018, brutos de resseguro, com premissas atuariais atualizadas.

As projeções dos fluxos de caixa ocorrem apenas até a data do vencimento do contrato atual. As provisões, despesas operacionais e despesas de comercialização diferidas são abrangidas pelas projeções.

Os parâmetros necessários à projeção, como despesas administrativas, despesas operacionais e a sinistralidade, foram baseados nos valores da Nota Técnica Atuarial de início de operação. Isso devido à pequena experiência acumulada que não permite, ainda, o cálculo dos parâmetros de forma consistente e de índices históricos de despesas baseados nos custos temporariamente mais elevados, próprios de um período de início de operação.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados utilizou as taxas de desconto obtidas pela estrutura a termo de taxas de juros livres de risco (ETTJ), segregada em ETTJ Pré-fixada para contratos em Real e ETTJ Cambial para contratos com moeda estrangeira, apresentada no artigo Interpolação e Extrapolação da Estrutura a Termo de Taxas de Juros para Utilização pelo Mercado Segurador Brasileiro.

O teste de adequação conduzido pela Companhia, permite afirmar que as provisões técnicas são suficientes para cobrir os compromissos futuros referentes aos riscos assumidos até 30 de junho de 2018. Não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC, pois o teste de adequação dos passivos não apurou uma insuficiência da provisão de prêmios não ganhos - PPNG para a cobertura dos sinistros a ocorrer. Com relação às demais provisões técnicas, PSL e IBNR, também não há insuficiências a cobrir

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende equipamentos, móveis, utensílios e benfeitorias em imóveis de terceiros utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado é avaliado pelo custo histórico e compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao valor contábil do ativo.

3.8 Ativo intangível

O ativo intangível é composto por licenças de software adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos até o ponto em que esses softwares estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos ou período de uso da licença quando definido pelo fornecedor.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 20% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados pela aplicação das alíquotas vigentes de cada imposto sobre as respectivas bases e são reconhecidos levando-se em conta a expectativa da Administração da Companhia sobre a utilização desses ativos no futuro, baseada em projeções elaboradas para o período máximo de dez anos.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

Observa-se ainda as isenções fiscais relativas às operações da companhia em seguros rurais, com base no Art 19 Decreto Lei 73 de 21 de novembro de 1966 que dispõe o Seguinte:

"Art 19. As operações de Seguro Rural gozam de isenção tributária irrestrita, de quaisquer impostos ou tributos federais."

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos da Lei nº 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da respectiva Assembleia.

3.11 Distribuição de dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras intermediárias ao final do período, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.12 Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com regime contábil de competência.

3.12.1 Prêmios emitidos

Os prêmios de seguro são reconhecidos quando da aceitação dos riscos cobertos e correspondente emissão dos contratos, com base na melhor estimativa, podendo ser ajustados ao longo do período de vigência. A Companhia constitui o prêmio RVNE com base em metodologia própria conforme apresentado na Nota técnica atuarial.

Os prêmios emitidos são apropriados ao resultado, de acordo com o prazo de vigência dos contratos, ao longo do período de risco.

3.12.2 Comissão de corretagem e comissão diferida

As despesas de comercialização oriundas de corretagens são registradas quando da emissão das apólices

e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

3.12.3 Sinistros

Os sinistros são contabilizados a partir do momento em que a Companhia é notificada pelo segurado.

3.12.4 Participações nos lucros

O plano de participações dos empregados e administradores nos lucros é baseado em uma métrica de resultados, entre a *holding* e demais empresas do grupo Markel, e considera o desempenho departamental e individual.

As participações nos lucros são contabilizadas em bases mensais.

3.12.5 Novas normas e interpretações contábeis ainda não adotadas

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. Já em vigor pelo Comitê de pronunciamento Contábil desde 01 de janeiro de 2018, mas está sendo referendado pela SUSEP, que prevê a sua adoção em conjunto com o IFRS 17 – Contratos de Seguros a partir de 01 de janeiro de 2021.

b. IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de

utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Com data de vigência a partir de Janeiro de 2019, a Companhia ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criteriosamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente, na sua atuação como arrendatário.

4 Estrutura de gestão de riscos

A Gestão de Riscos é fundamental em todas as atividades. Ela é usada para agregar valor ao negócio enquanto fornece suporte para as áreas, além de criar valor para os acionistas. A Gestão de Riscos protege a reputação da Companhia e também nos ajuda a antecipar e mitigar potenciais perdas inerentes à atividade de resseguro.

Como uma Empresa do Grupo Markel, a Companhia faz parte do Segmento Markel Internacional ("MINT") e consequentemente conta com o suporte da estrutura de gestão de riscos do Segmento além de manter sua própria estrutura. A Markel implementou e tem aprimorado a estrutura local de Gestão de Riscos em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

4.1 Princípios da estrutura de gestão de riscos

Os princípios aplicados à Estrutura de Gestão de Riscos da Markel são os seguintes:

- Aprimoramento é um processo que deve ser desenvolvido continuamente.
- Alcance a estrutura de controles internos deve ser:
- Abrangente a fim de abranger a totalidade do nosso negócio
- Comunicada para que todos tenham conhecimento do programa
- Simples para que todos possam compreendê-la
- Relevante a fim de que todos se envolvam com o processo
- Utilizada ele realmente deve fazer parte de nossas operações do dia-a-dia
- Evidente as políticas e procedimentos de gestão de riscos são documentados, de forma que profissionais razoavelmente qualificados e experientes possam compreender a estrutura sem dificuldades ou necessidade de explicações adicionais.
- Emergente tem um processo para identificar e mitigar riscos emergentes
- Eficaz a estrutura tem que funcionar.

A Companhia geralmente está exposta a riscos originados de suas operações, que podem afetar, com maior ou menor grau, seus objetivos estratégicos e financeiros. Dentre tais riscos, podemos citar o Risco de Subscrição -, Risco de Reserva, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Crédito. Todos esses riscos são avaliados, mensurados, tratados e monitorados dentro da estrutura de Gestão de Riscos da Companhia.

A Diretoria e os Gestores Técnicos e Operacionais, juntamente com o Gestor de Riscos da Companhia e da Gestão de Riscos do Grupo Markel tem suas funções definidas na estrutura e atuam conjuntamente para uma gestão contínua e efetiva dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

4.1.1 Risco de subscrição

Definimos o Risco de Subscrição como:

"o risco de perda decorrente das incertezas inerentes à ocorrência, quantidade e vencimento de passivos de resseguro, com foco sobre os riscos que surgem a partir da aceitação de negócios."

A Companhia oferece cobertura de seguro para o mercado brasileiro de seguros nas carteiras riscos rurais, riscos diversos, responsabilidade civil e pessoas coletivo – acidentes pessoais, sob condições contratuais dos produtos registrados na SUSEP cujas respectivas autorizações de comercialização encontram-se em vigor. Nossos canais de distribuição incluem a intermediação por corretores de seguros.

4.1.2 Subscrição de risco

A área técnica de subscrição avalia uma série de fatores, incluindo, mas não limitado a: tipo de risco a ser aceito, ramo, avaliação atuarial de adequação do prêmio, distribuição geográfica dos riscos expostos, exposição aos riscos catastróficos, avaliação histórica de sinistros do segurado e, se possível, uma comparação entre a sinistralidade do segurado e a do mercado. A Companhia mantém um controle de suas exposições agregadas, permitindo avaliar com mais nitidez, onde sua capacidade pode ser aplicada, sem exceder seus limites máximos de exposição por risco. O desenvolvimento da carteira também é acompanhado por relatórios mensais.

Elementos-chave do gerenciamento de riscos de subscrição incluem monitorar o desenvolvimento de riscos e constante revisão dos pressupostos atuariais utilizados para o cálculo das provisões técnicas. Prêmios e provisões são determinadas com base em pressupostos cuidadosamente escolhidos. Desta forma, a Companhia garante o cumprimento das obrigações assumidas em qualquer momento. Além disso, a Companhia será capaz de proteger suas exposições brutas relacionadas com riscos agrícolas através de coberturas de resseguro.

4.1.3 Revisão do risco de subscrição

A cada trimestre são realizadas reuniões corporativas de avaliação, que funcionam como fóruns nos quais os executivos se encontram com os responsáveis pelo gerenciamento de risco e discutem indicadores-chave de desempenho.

A Companhia continuamente aprimora suas reuniões de avaliação às quais atendem os Diretores/Executivos responsáveis pela subscrição, provisões e reservas, risco de crédito e risco operacional a fim de assegurar um melhor e mais adequado acompanhamento de indicadores-chave de performance e indicadores-chave de risco, cujas premissas estão contidas em nossa política de subscrição e controles internos.

4.2 Risco operacional

Definimos o risco operacional como:

• "O risco de perdas resultantes da inadequação ou falha interna de processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos". Isto inclui falha, deficiência, inadequação dos processos, incluindo riscos legais, tais como ações judiciais trabalhistas ou cíveis. Nele também está incluído o risco de ações criminosas cometidas por empregados ou terceiros, violações de leis contra fraude, incorreto processamento de dados, interrupção de negócios, não cumprimento das obrigações e divergências com parceiros de negócios.

- A Companhia está organizada para lidar com situações de emergência e de crise, quando a sequência dos principais processos e sistemas não estiver garantida e a estrutura organizacional natural não estiver mais adequada para lidar com tais circunstâncias. A Companhia está preparada para dar continuidade a seus negócios e tem a tecnologia para lidar com situações de emergência, desastres ou catástrofes, de acordo com seu plano de continuidade de negócios.
- A Companhia tem seu Registro de Riscos onde estão documentados os principais riscos aos quais a
 Companhia está exposta e os controles em vigor que tratam tais riscos. Os riscos e controles são
 reavaliados e validados trimestralmente pelo responsável por cada processo e, ainda, acompanhados e
 revisados pela Gestão de Riscos da Companhia.
- A Companhia se submete a auditorias internas periódicas que incluem os testes sobre a eficácia dos controles internos, em cumprimento a politicas corporativas e em conformidade com a legislação vigente.

4.2.1 Teste de sensibilidade nas atividades de seguros e resseguro

Impacto no resultado e patrimônio líquido em 30/06/2018

Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(1.632)	(120)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	1.632	120
Corretagem	Aumento de 10%	(315)	(19)
Corretagem	Diminuição de 10%	315	19

Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31/12/2017

Variáveis	Premissas	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Sinistro ocorrido	Aumento de 10%	(146)	(11)
Sinistro ocorrido	Diminuição de 10%	146	11
Corretagem	Aumento de 10%	(24)	(17)
Corretagem	Diminuição de 10%	24	17

4.2.2 Concentração de risco por região de atuação

	_		30/06/2018
Grupo de ramo	Prêmios Emitidos	Prêmios Cedidos	Prêmios Retidos
Centro-oeste	7.402	6.858	544
Nordeste	94	87	7
Norte	343	323	20
Sul	18.291	16.976	1.315
Sudeste	1.689	1.566	123
Prêmio RVNE	630	593	37
Total	28.449	26.403	2.046

4.2.3 Tabela de evolução de sinistros

			30/06/2018
Ano de Subscrição	2017	2018	Total
Montante estimado para sinistros			
No ano do aviso	27	3	_
Um ano após o aviso	12.140	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	12.140	3	12.143
Pagamentos de sinistros efetuados	(5,017)		(5.017)
Provisão de sinistros a liquidar	7.123	3	7.126
Resseguro			6.746
Provisões líquidas de resseguro			380

Risco de liquidez

Definimos o risco de liquidez como:

- "o risco de que não sejam mantidos recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir com os compromissos nas datas de seus vencimentos".
- O conceito de liquidez é vital para quaisquer instituições do mercado financeiro e do mercado de capitais.
- Um objetivo-chave do gerenciamento do risco de liquidez da Companhia é monitorar os prazos de liquidação de direitos e obrigações. São elaboradas análises mensais do fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados com os ativos garantidores das provisões técnicas, a fim de mitigar esse risco. Adicionalmente, a Companhia possui a totalidade de seus ativos garantidores investidos em títulos públicos do Tesouro Nacional, com elevada qualificação de liquidez.

• A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros e de contratos de seguros existentes classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 30 de junho de 2018

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (*)	-	10.594	10.594
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	5.209	7.620	12.829
Créditos das operações com seguros e resseguros	20.851	6	20.857
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	716	-	716
Ativos de contratos de resseguro	22.878		22.878
Total de ativos financeiros	49.654	18.220	67.874
Passivos financeiros Contas a pagar Débitos das operações com seguros e resseguros	2.977 20.195	- -	2.977 20.195
Passivos de contratos de seguro	26.648		26.648
Total de passivos financeiros	49.820		49.820

Fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2017

	0 - 1 ano	1 - 5 anos	Total
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (*)	-	10.615	10.615
Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	236	25.207	25.443
Créditos das operações com seguros e resseguros	8.171	-	8.171
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	2	-	3
Ativos de contratos de resseguro	8.677		8.677
Total de ativos financeiros	17.086	35.822	52.908
Passivos financeiros Contas a pagar Débitos das operações com seguros e resseguros	2.627 10.389	-	2.627 10.389
Passivos de contratos de resseguro	10.778		10.778
Total de passivos financeiros	23.794		23.794

^(*) Esses ativos estão apresentados na tabela com base nos vencimentos originais. entretanto possuem alta liquidez.

4.3 Risco de mercado

Risco de mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado do ativo objeto ou mesmo de fatores exógenos que influenciam os preços de mercado. São exemplos de fatores de risco: o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (*commodities*), entre outros.

O principal fator de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta na data do balanço é a taxa de juros (Selic). A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela demonstrada a seguir apresenta uma análise de sensibilidade para riscos sobre ativos financeiros da Companhia. levando em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e dos impactos potenciais sobre o resultado do período e do patrimônio líquido.

		30/06/2018		
Classe	Premissas %	Saldo contábil	Impacto no patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Ativos Pré-Fixados Públicos	1 10/			
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	Aumento de 1% na taxa de juros	18.214	(871)	17.343
Ativos Pré-Fixados Privados Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Redução de 1% no CDI	5.209	53	5.262
Total	,	23.423	(818)	22.605
Impacto líquido de Efeito Tributário			(450)	
			31/12/2017	
			Impacto no	
Classe	Premissas %	Saldo contábil	patrimônio líquido/ resultado	Novo saldo
Classe Ativos Pré-Fixados Públicos			líquido/	
	Premissas % Aumento de 1% na taxa de juros		líquido/	
Ativos Pré-Fixados Públicos	Aumento de 1% na taxa de	contábil	líquido/ resultado	saldo
Ativos Pré-Fixados Públicos Notas do Tesouro Nacional (NTN-F) Ativos Pré-Fixados Privados	Aumento de 1% na taxa de juros	contábil 18.481	líquido/ resultado	saldo 18.477

4.4 Risco de crédito

Definimos o risco de crédito como:

- "O risco de perda resultante da incapacidade de uma contraparte em cumprir com suas obrigações de pagamento".
- Para o Grupo Markel. as contrapartes-chave dentro do risco de crédito são seguradoras, resseguradoras e corretoras de resseguro.

- O Risco de crédito é o risco de perda de valor dos ativos de resseguro e ativos financeiros como resultado de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte das suas obrigações com a Companhia.
- O Grupo Markel tem políticas para garantir que limites ou certas exposições a risco de crédito não sejam excedidas através de monitoramento e controle utilizando indicadores-chave de risco e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em conta a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e da dinâmica de fatores de mercado.
- A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia distribuídos por *rating* de crédito. de acordo com as agências classificadoras de risco: *Moody's. A.M. Best. Standard & Poors e Fitch.* Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem. substancialmente. valores a serem recebidos de estipulantes que não possuem *rating* de crédito individuais.

1	1 1			
				30/06/2018
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	-	716	-	716
Mantidos até o vencimento Ativos pré-fixados públicos	10.594	-	-	10.594
Disponíveis para venda Ativos pré-fixados privados Ativos pré-fixados públicos	7.620	5.209	- -	5.209 7.620
Empréstimos e recebíveis Prêmios a receber de segurados			18.326	18.326
Exposição máxima ao risco de crédito	18.214	5.925	18.326	42.105
				31/12/2017
Composição da carteira por classe e categoria contábil	Moody's Ba2	Moody's Ba3	Sem rating	Saldo contábil
Caixa. bancos e equivalentes de caixa	-	2	-	2
Mantidos até o vencimento Ativos pré-fixados públicos	10.615	-	-	10.615
Disponíveis para venda Ativos pré-fixados privados	-	17.577	-	17.577

7.866

18.481

5 Caixa e bancos

Ativos pré-fixados públicos

Prêmios a receber de segurados

Exposição máxima ao risco de crédito

Empréstimos e recebíveis

	30/06/2018	31/12/2017
Contas bancárias	716	2
	716	2

17.579

7.866

8.101

44.171

8.101

8.101

6 Aplicações financeiras

6.1 Composição das aplicações financeiras

				30/06/2018			
	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% aplicado	% taxa de juros contratada
Títulos disponíveis para venda Títulos públicos federais - NTN F(*) Títulos privados - CDB	17/07/2017 30/11/2016	01/01/2023 18/11/2019	7.816 5.210	7.620 5.209	(196) (1)	33 22	9,83% 98,75%
Total títulos disponíveis para venda			13.026	12.829	(197)	55	
Títulos mantidos até o vencimento Títulos –públicos federais – NTN F(*)	22/11/2017	01/01/2023	10.594	10.594		45	9,70%
Total títulos mantidos até o vencimento			10.594	10.594		45	
Total das aplicações financeiras			23.620	23.423	(197)	100	
Total classificado no ativo circulante Total classificado no ativo não circulante				5.209 18.214			

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

31/12/2017

	-						
	Aquisição	Vencimento	Custo atualizado	Valor de mercado/ Contábil	Ganhos/Perdas não realizados	% aplicado	% taxa de juros contratada
Títulos disponíveis para venda Títulos públicos federais - NTN F (*) Títulos privados - CDB	17/07/2017 30/11/2016	01/01/2023 18/11/2019	7.825 17.573	7.866 17.577	41	22 49	9,83% 98,75%
Total títulos disponíveis para venda			25.398	25.443	45	71	
Títulos mantidos até o vencimento Títulos –públicos federais – NTN F (*)	22/11/2017	01/01/2023	10.615	10.615		29	9,70%
Total títulos ao valor justo através do resultado			10.615	10.615		29	
Total das aplicações financeiras			36.013	36.058	45	100	
Total classificado no ativo circulante Total classificado no ativo não circulante				17.577 18.481			

^(*) Saldo composto por investimentos em títulos públicos federais vinculados à cobertura de provisões técnicas. custodiados pelo Banco Bradesco. Conforme Circular SUSEP nº 517/15 e respectivas alterações.

6.2 Movimentação das aplicações financeiras

	NTN-F	CDB	Total
Saldo em 31/12/2016	-	48.532	48.532
Aplicações	18.009	3.915	21.924
Resgates	-	(38.619)	(38.619)
Rendimentos	431	3.745	4.176
Ajuste a valor de mercado	41	4	45
Saldo em 31/12/2017	18.481	17.577	36.058
Resgates	_	(12.806)	(12.806)
Rendimentos	820	437	1.257
Recebimento de juros	(850)	-	(850)
Ajuste a valor de mercado	(237)	1	(236)
Saldo em 30/06/2018	18.214	5.209	23.423

6.3 Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC nº 40 (R1). os instrumentos financeiros devem ser classificados por níveis de hierarquia. sendo:

- a. Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos;
- **b. Nível 2 -** Classificado quando se utiliza uma metodologia de precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto; e
- **c. Nível 3** Ativo ou passivo que não é calculado com base em dados observáveis do mercado (fato não observável).

A tabela a seguir apresenta a classificação dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia mensurados ao valor justo e de acordo com o nível de hierarquia:

	30 de	e junho de 2	018	31 de d	lezembro d	e 2017
Títulos	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao valor justo através do resultado Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	5.209	5.209	-	17.577	17.577
Mantidos até o vencimento Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	10.594	-	10.594	10.615	-	10.615
Disponíveis para venda Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	7.620		7.620	7.866		7.866
	18.214	5.209	23.423	18.481	17.577	36.058

Não houve transferência entre níveis em 2018 e 2017.

7 Créditos das operações de seguros e resseguros

Compreende os prêmios a receber oriundos de contratos de seguros e sinistros pagos a recuperar de resseguradoras.

7.1 Composição dos prêmios a receber por ramo

	30/06/2018	31/12/2017
Grupo de ramo	Total de prêmios a receber	Total de prêmios a receber
Rural	17.104	6.837
RVNE	1.894	1.264
RVR – Prêmios a receber	(673)	_
Total	18.326	8.101
Circulante	18.326	8.101

A Companhia em 30 de junho de 2018 registrou provisão para redução a valor recuperável de prêmios no montante de R\$ 673 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017).

7.2 Composição de sinistros pagos a recuperar de resseguradoras

Grupo de ramo	30/06/2018 Resseguradora Local	31/12/2017 Resseguradora Local
Rural	1.849	-
Total	1.849	<u>-</u>
Circulante	1.849	-

7.3 Composição de outros créditos

Em 30 de junho de 2018 referem-se substancialmente ao adiantamento de comissão aos corretores no valor de R\$2.770 (R\$60 em 31 de dezembro de 2017).

7.4 Movimentação de prêmios a receber

	Prêmios a receber
Saldo em 31/12/2016	-
Emissões	12.594
Cancelamentos	(1.616)
RVNE	1.264
Recebimentos	(4.141)
Redução ao Valor Recuperável	
Saldo em 31/12/2017	8.101
Emissões	30.922
Cancelamentos	(3.103)
RVNE	630
Recebimentos	(17.551)
Redução ao Valor Recuperável	(673)
Saldo em 30/06/2018	18.326

7.5 Aging de créditos das operações de seguros e resseguros

a. Prêmios a receber

	30/06/2018	31/12/2017
Sem vencimento	1.894	1.264
A vencer até 30 dias	1.284	970
A vencer de 31 a 60 dias	7.382	491
A vencer de 61 a 120 dias	5.256	4.914
A vencer de 121 a 180 dias	290	373
A vencer de 181 a 365 dias	795	-
A vencer acima de 365 dias	6	
	15.013	6.748
Vencidos até 30 dias	281	89
Vencidos de 31 a 60 dias	857	-
Vencidos de 61 a 120 dias	901	-
Vencidos de 121 a 180 dias	52	-
	2.091	89
Créditos com operações de seguros e resseguros	18.998	8.101
Redução ao Valor Recuperável	(673)	
Saldo	18.326	8.101

b. Sinistros Pagos

A Seguradora possui a expectativa de recuperar, em 30 de junho de 2018, o montante de R\$1.849 (R\$0 em 31 de dezembro de 2017) em 90 dias.

8 Títulos e créditos a receber

8.1 Créditos e débitos tributários e previdenciários

Composição dos créditos tributários

Circulante	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda a compensar	190	311
Contribuição Social a compensar	30	-
Imposto de renda diferido sobre:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	55	-
Contribuição social diferida sobre:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	44	-
Antecipação de imposto de renda	-	34
Antecipação de contribuição social		30
	319	375

8.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Movimentação do ativo diferido	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31/12/2016	-	-
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(11)	(9)
Saldo em 31/12/2017	(11)	(9)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	66	53
Saldo em 30/06/2018	55	44
	55	44

9 Custos de aquisição diferidos

9.1 Composição dos custos de aquisição diferidos

Grupo de ramo	30/06/2018	31/12/2017
Rural	1.818	763
Total	1.818	763
Circulante	1.818	763

9.2 Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31/12/2016	
Constituição Amortização	2.080 (1.317)
Saldo em 31/12/2017	763
Constituição Amortização	4.209 (3.154)
Saldo em 30/06/2018	1.818

As despesas de comercialização são registradas quando da aceitação dos contratos de seguros e apropriadas ao resultado. de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento dessas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	30/06/2018	31/12/2017
Móveis e utensílios	10%	242	297
Informática	20%	436	130
Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	33,3%	469	449
		1.147	876
Depreciação/Amortização acumulada		(188)	(63)
Total		959	813

(*) Amortização calculada conforme o prazo do contrato de aluguel (36 meses).

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo imobilizado:

	Saldos iniciais	Aquisições/ Transferências	Depreciação/ Amortização	Saldos finais
Móveis e utensílios	290	(55)	(12)	224
Informática	113	306	(38)	380
Benfeitorias em imóveis de terceiros	410	20	(75)	355
Semestre findo em 30/06/2018	813	271	(125)	959
Exercício findo em 31/12/2017	-	876	(63)	813

11 Intangível

Demonstramos a seguir a movimentação do ativo intangível:

	Saldos iniciais	Aquisições	Saldos finais
Software	405	77	482
Semestre findo em 30/06/2018	405	77	482
Exercício findo em 31/12/2017	-	405	405

12

Contas a pagar O saldo de contas a pagar é composto por:

12.1 Obrigações a pagar

	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores	1.696	1.260
Provisão para participações nos lucros / bônus	327	843
Outras contas a pagar	33	
Subtotal	2.056	2.103

12.2 Impostos e encargos sociais a recolher

	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de renda retido de funcionários	52	83
Impostos retidos de terceiros	34	32
Contribuições para o FGTS	116	28
Outros impostos retidos de terceiros	4	12
Subtotal	205	155

12.3 Encargos trabalhistas

	30/06/2018	31/12/2017
Férias a pagar Encargos sobre férias e 13º salário	284 336	252 89
Subtotal	620	341
Impostos e contribuições		
	30/06/2018	31/12/2017
PIS e COFINS	96	28
Subtotal	96_	28
Total	2.977	2.627

13 Contingências

12.4

Em 30 de junho de 2018 a Companhia possuía um auto de infração lavrado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. De acordo com a análise dos consultores jurídicos a probabilidade de perda deste processo foi classificada como provável com valor de risco envolvido de R\$50.

14 Débitos de operações de seguros e resseguros

Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro e comissões de corretagem a pagar. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de sseguros intermediados por corretoras de seguros.

14.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar

Grupo de ramo	30/06/2018	31/12/2017
Rural	17.282	9.625
Total	17.282	9.625
Circulante	17.282	9.625

2.872

761

14.2 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

Circulante

			Prêmios cedidos em resseguro
	Saldo em 31/12/2016		
	Emissões (líquidas dos custos de aquisição) Pagamentos		8.631
	RVNE		994
	Saldo em 31/12/2017		9.625
	Emissões (líquidas dos custos de aquisição)		21.717
	Pagamentos RVNE		(13.292) (768)
	Saldo em 30/06/2018		17.282
14.3	Composição dos corretores de seguros e resseguros		
	Grupo de ramo	30/06/2018	31/12/2017
	Rural	2.872	761
	Total	2.872	761

15 Ativos de resseguros e provisões técnicas - Resseguradoras

15.1 Ativos de resseguro

			30/06/2	2018					
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas			
Rural	11.121	6.591	1.364	155	3.647	22.878			
Total	11.121	6.591	1.364	155	3.647	22.878			
Total classificado no ativo circulante	11.121	6.591	1.364	155	3.647	22.878			

Markel Seguradora do Brasil S.A. Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Total das provisões técnicas
Rural	7.325	31	1.321	8.677
Total	7.325	31	1.321	8.677
Total classificado no ativo circulante	7.325	31	1.321	8.677

15.2 Provisões técnicas

	30/06/2018						
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas	
Rural	13.959	7.126	1.455	167	3.941	26.648	
Total	13.959	7.126	1.455	167	3.941	26.648	
Total classificado no passivo circulante	13.959	7.126	1.455	167	3.941	26.648	
			31/12	2/2017			
Grupo de ramo	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas		Total das provisões técnicas	
Rural	9.317	28	1.429	4		10.778	
Total	9.317	28	1.429	4		10.778	
Total classificado no passivo circulante	9.317	28	1.429	4	-	10.778	

15.3 Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u> </u>					
(+) Prêmio emitido	12.230	-	-	_	-	12.230
(-) Prêmio ganho	(2.913)	-	-	-	-	(2.913)
(+) Aviso de sinistro	` <u>-</u>	28	-	-	-	28
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	-	-	1.429	-	-	1.429
(+/-) Constituição/Reversão PDR	-	-	-	4	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.317	28	1.429	4		10.778
(+) Prêmio emitido	28.449	_	_	-	_	28.449
(-) Prêmio ganho	(23.807)	_	_	_	_	(23.807)
(+) Aviso/Reversão de sinistro	(25.557)	12.116	_	_	_	12.116
(-) Pagamento de sinistro	_	5.018	_	_	_	(5.018)
(+/-) Constituição/Reversão IBNR	_	-	26	_	_	26
(+/-)Constituição/Reversão IBNER	_	-	-	_	3.941	3.941
(+/-) Constituição/Reversão PDR				163		163
Saldo em 30 de junho de 2018	13.959	7.126	1.455	167	3.941	26.648

15.4 Movimentação de ativos de resseguro - provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das provisões técnicas - Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2016				-	-	
(+) Prêmio emitido (-) Prêmio ganho (+) Aviso de sinistro (+/-) Constituição/Reversão IBNR (+/-) Constituição/Reversão PDR	9.615 (2.288) - -	25 -	1.321	- - - - 4	- - - -	9.615 (2.288) 25 1.321 4
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.327	25	1.321	4	-	8.677
(+) Prêmio emitido (-) Prêmio ganho (+) Aviso de sinistro (-) Sinistros recuperados (-) Sinistros pagos e não recuperados (+/-) Constituição/Reversão IBNR (+/-) Constituição/Reversão IBNR (+/-) Constituição/Reversão IBNER	22.485 (18.691) - - - - - -	11.431 (3.016) (1.849)	43	151	3.647	22.485 (18.691) 11.431 (3.016) (1.849) 43 150 3.647
Saldo em 30 de junho de 2018	11.121	6.591	1.364	155	3.647	22.878

16 Garantia de provisões técnicas

Para garantia das provisões técnicas as seguintes parcelas do ativo da Companhia estavam retidas ou vinculadas à SUSEP:

	30/06/2018	31/12/2017
Títulos de renda fixa - públicos (NTN-F)	17.906	18.481
Total de ativos dados em garantia (A)	17.906	18.481
Provisões técnicas - resseguro (-) Direitros creditórios (-) Recuperação de provisões técnicas de sinistros - resseguro	26.648 (9.394) (11.757)	10.778
Total a ser coberto (B)	5.497	9.428
Excedente de ativos vinculados (A) - (B)	12.409	9.053

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 30 de junho de 2018 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 48.000 (R\$48.000 em 31 de dezembro de 2017) está dividido em 48.000 (48.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$1.

18 Adequação de capital

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio líquido	23.707	31.691
Ajustes contábeis (-) Ativos intangíveis	(482)	(405)
Patrimônio líquido ajustado Subtotal	23.225	31.286
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(169)	
I - Patrimônio líquido ajustado Total	23.056	31.286
Capital base (CB) (a)	15.000	15.000
II - Capital de risco (CR) (b)	3.206	2.201
Capital de Risco de Subscrição Capital de Risco de Crédito Capital de Risco de Mercado Capital de Risco Operacional Benefício de diversificação	1.356 1.240 1.215 358 (963)	311 1.233 1.290 - (675)
III - Capital Mínimo Requerido (CMR) - maior entre (a) e (b)	15.000	15.000
IV - Suficiência de Capital (PLA-CMR)	8.056	16.286
V - Ativos Líquidos	12.409	9.053
Capital de Risco Reduzido	3.206	2.201
VI - Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (V / II) (*) VII- Suficiência de PLA em relação ao CMR (I/ III) (**)	387% 154%	411% 209%

^(*) VI - liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do capital de risco (CR), deduzido deste valor o superávit de fluxos de prêmios / contribuições não registrados apurado no TAP, limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas;

^(**) VII - Plano de Regularização de Solvência (PRS): plano que deverá ser enviado à Susep pela supervisionada. visando à recomposição da situação de solvência. quando a insuficiência do PLA em relação ao CMR for de até 50% (cinquenta por cento) ou quando a supervisionada apresentar insuficiência de liquidez em relação ao CR

19 Índices Operacionais

	30/06/2018					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Variação das provisões técnicas	Prêmio ganho	Sinistralidade (%)	Comercialização (%)	
Rural	28.449	(4.642)	23.807	69	13	
Total	28.449	(4.642)	23.807	69	13	

Abaixo demonstramos a composição dos prêmios emitidos líquidos de resseguro:

	30/06/2018					
Grupo de ramo	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro -	Prêmio líquido de resseguro	Percentual de retenção (%)	Percentual cedido (%)	
Rural	28.449	26.403	2.046	7,2	92,8	
Total	28.449	26.403	2.046	7,2	92,8	

20 Detalhamento das contas da demonstração do resultado

20.1 Sinistros ocorridos

	30/06/2018	30/06/2017
Indenizações avisadas	(12.116)	_
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados	(3.941)	_
Despesas com sinistros	(241)	-
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(26)	
	(16.324)	

20.2 Custos de aquisição

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de comissão Variação das despesas de comissão diferidas	(4.209) 1.055	-
	(3.154)	

20.3 Resultado com resseguro

	30/06/2018	30/06/2017
Recuperação com indenização de sinistro	11.207	_
Constituição IBNER	3.647	-
Despesas com sinistros	223	-
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados	42	-
Prêmio de resseguro (liquido dos custos de aquisição)	(22.485)	-
Variação da provisão de prêmios não ganhos	3.796	
	(3.570)	_

20.4 Despesas administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Pessoal próprio	(2.449)	(3.456)
Serviços de terceiros	(2.104)	(2.212)
Localização e funcionamento	(807)	(372)
Publicações	(113)	-
Despesas administrativas diversas (a)	(3.245)	(2.760)
	(8.718)	(8.800)

(a) A Seguradora reconheceu uma despesa na rúbrica de Despesas Administrativas Diversas, no montante de R\$2.797 (R\$2.370 em 31 de dezembro de 2017), referente a utilização da estrutura física e de pessoal da empresa Markel Resseguradora do Brasil.

20.5 Despesas com tributos

	P	30/06/2018	30/06/2017
	COFINS PIS Taxa de fiscalização Outros	(190) (31) (117) (12)	(103) (17) (77) (84)
		(350)	(201)
20.6	Resultado financeiro	30/06/2018	30/06/2017

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras Rendimentos com títulos de renda fixa privado Rendimentos com títulos de renda públicos Outras receitas	437 820 13	2.571
	1.270	2.571
Despesas financeiras Outras despesas	(98)	(3)
	(98)	(3)
Resultado financeiro	1.172	2.568

21 Imposto de renda e contribuição social

Conciliação entre as alíquotas nominais e efetivas apuradas.

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Resultado antes dos impostos e participações (-) Participações sobre o lucro	(7.839)	(6.433) (16)	(7.839) 18	(6.433) (16)
(Prejuízo) após as participações	(7.821)	(6.449)	(7.821)	(6.449)
Adições temporárias - provisões dedutíveis Adições permanentes - despesas indedutíveis Exclusões temporárias - provisões indedutíveis períodos anteriores	1.104 42 (911)	941 31	1.104 42 (911)	941 31
Base de cálculo	(7.586)	(5.477)	(7.586)	(5.477)

22 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos funcionários e diretores a possibilidade de aderir ao plano de aposentadoria complementar. O plano escolhido é o Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL). administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e classificado na categoria de contribuição definida. As despesas com esse benefício registradas no resultado do semestre montam R\$ 93 (R\$623 em 2017).

23 Partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

23.1 Resseguro

A Markel Seguradora do Brasil S.A. possui contrato de resseguro com a Markel Resseguradora do Brasil S.A. contraparte do mesmo grupo econômico.

O contrato de resseguro possui início de vigência em 24 horas de 31 de maio de 2017.

Os saldos das transações com partes relacionadas são os seguintes:

Markel Resseguradora do Brasil S.A.

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo Operações com Resseguradoras Ativos de resseguros	22.878	10 8.667
	22.878	8.687
Passivo Contas a pagar (Cost share agreement) Operações com resseguradoras	(1.410) (18.762)	(819) (5.611)
	(20.172)	(8.430)
	30/06/2018	31/12/2017
Resultado		
Prêmios de resseguro Variação da provisão de prêmios não ganhos	(22.485) 3.795	(9.615) 7.325
Prêmio Ganho	(18.690)	(2.290)
Variação da provisão de sinistros a liquidar Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados Variação da provisão de despesas relacionadas Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	11.207 3.647 - (42)	26 - 5 1.321
	14.812	1.352
Despesas administrativas		
Outras despesas administrativas (despesas cost share agreement)	(2.797)	(5.943)
	(2.797)	(5.943)
	(6.675)	(6.881)

24 Remuneração do pessoal chave da Administração

A diretoria executiva inclui os diretores estatutários e a sua remuneração paga no semestre é de R\$ 425.

Diretoria

Diretor Executivo - CEO: Carlos Alberto Caputo Diretor Presidente: Leonardo André Paixão Diretor Vice Presidente: Gabriel Boyer Nogueira Lima Diretor Técnico: Rodrigo Motroni de Almeida

> Contadora: Ana Carla Moreira da Silva CRC - RJ-066754/O

> Atuário: Gabriel Boyer Nogueira Lima MIBA nº 1880